

Confiança na livre iniciativa

por Lillian Witte Fibe
de São Paulo

Ao optar pela substituição gradativa de uma política artificial, solidamente apoiada em dispendiosos subsídios, por uma política realista para a agricultura, o governo sabia que os riscos eram grandes, pois neste momento a oferta abundante de alimentos é questão crucial para o combate a uma inflação de três dígitos. Mas resolveu apostar no sucesso da livre iniciativa também nesse setor, que pôde capitalizar-se nos dois últimos anos graças à providencial ajuda climática, e que colheu, por duas vezes consecutivas, safras recordes de grãos. Hoje, as perspectivas para o plantio da próxima safra de verão são excelentes: os produtores procurarão colher mais milho e feijão no começo do ano que vem, e deverão aumentar também a área destinada ao algodão.

As exigências de uma faixa maior de investimentos com recursos próprios para o cesteio, aparentemente, não inibirão a disposição do grande agricultor, que este ano terá direito a apenas 60% do Valor Básico de Custo (VBC) à taxa subsidizada de 45% ao ano. Está previsto, apenas, que a área plantada crescerá, no total, 5% este ano, ao invés dos 6% do ano passado. Mas ainda assim o governo espera que, desde que haja condições ideais de clima, seja colhida no primeiro semestre do ano que vem uma terceira safra recorde de grãos, superior às 54 milhões de toneladas deste ano e às 51 milhões de toneladas do ano passado.

Depois da última colheita, que devolveu ao campo o ímpeto empresarial frustrado durante o governo Geisel por graves secas em dois anos consecutivos, alguns agricultores chegaram a levantar dúvidas sobre o sucesso da terceira safra do governo Figueiredo.

Disseram mesmo que o lucro obtido com a comercialização dos produtos de 1981 seria prudentemente aplicado em cadernetas de poupança, e que o mercado de consumo seria relegado a segundo plano.

Hoje, definida a política agrícola para 1982, com razáveis VBC e preços básicos que serão transformados em preços mínimos à época da colheita — para resguardar a remuneração do agricultor contra eventuais altas exageradas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e para garantir ao governo que os preços mínimos, por ocasião da colheita, estarão inferiores aos preços de mercado — o quadro mudou para melhor.

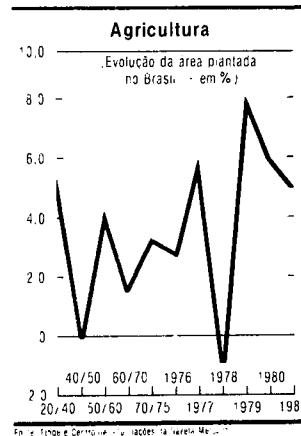
O agricultor voltou a falar em plantar. Mas como a parcela de recursos próprios a ser investida na lavoura deve aumentar, já parece claro que os critérios financeiros serão mais racionais. A lavoura de milho, por exemplo, foi fortemente estimulada pelo governo. Mas é essa também uma das lavouras que exigem menores investimentos, e por ser uma cultura de abastecimento interno que conta com um mercado exportador interessante, será naturalmente incrementada. Até o começo do governo atual, comprar tratores saía tão barato que às vezes a mera reposição de peças ou mesmo sua manutenção era dispensada. A adubação intensa, já que os juros até dois anos atrás eram zero, também vinha sendo indiscriminadamente aplicada. E o uso de defensivos em certos casos chegava a ser exagerado. Agora, os cuidados com máquinas e implementos são muito maiores. A aplicação de fertilizantes, assim como a de defensivos, mais criteriosa. E o possível prejuízo da produtividade, por causa desse tipo de economia de investimentos, acabou não aparecendo nas estatísticas dos últimos anos.

E' verdade que o governo continua a insistir no necessário aumento da produtividade agrícola do País, ainda muito abaixo dos padrões registrados no mundo desenvolvido. No Brasil, uma produtividade maior por área semeada proporcionaria, além de custos menores — e portanto aumentos mais moderados nos preços dos alimentos —, maiores disponibilidades de exportação e produção de

mais fontes alternativas de energia.

E com esse objetivo que o ministro da Agricultura, Amaury Stabile, elegeu como programa prioritário para sua gestão o Provárzeas, que prevê a incorporação, nas próximas duas décadas, de 10 milhões de hectares à área plantada atualmente no País, ou o equivalente a 23% do total. A curto prazo, ele quer conquistar 1 milhão de hectares de várzeas do Centro-Sul do País (ou 2,5% da área plantada hoje), e produzir, com isso, 13% a mais em pouco mais de um ano, ou 7 milhões de toneladas de grãos.

Esses programas extraordinários não excluem o aumento da participação da área privada no setor agropecuário, eleito pelo presidente Figueiredo como prioritário. Além de exigir mais recursos próprios do agricultor, procurando levar ao campo o espírito da livre iniciativa, o governo conclamou, em 1981, os bancos privados a participarem mais ativamente do Sistema Nacional de Crédito Rural. Em abril do ano passado, 39 bancos privados foram cha-



mados a atuar na política de preços mínimos. Este ano, todos os bancos precisarão investir mais nesse setor, por determinação do governo, financiando com generosidade maior o crédito do cesteio.

Do total de recursos a serem aplicados no crédito ao cesteio este ano, estimado em Cr\$ 637,5 bilhões pelo Banco Central, pouco menos de 73% serão aplicados pelo Banco do Brasil, e os restantes 27%, pela área privada. Trata-se, sem dúvida, de uma mudança sig-

nificativa em relação ao perfil do ano passado, quando o Banco do Brasil respondeu por 86% do volume total de crédito ao cesteio, enquanto os bancos privados aplicaram, dos Cr\$ 377,4 bilhões, apenas Cr\$ 53,5 bilhões, isto é, 14%.

A partir de agora, parece ser intenção do governo reduzir cada vez mais sua participação no financiamento ao plantio, para que haja condições de assegurar boas condições de comercialização. Este talvez seja um dos últimos anos em que a participação oficial no plantio é majoritária. As autoridades atualmente no comando da política econômica do governo desejam intervir mais na comercialização — assegurando crédito ou bons preços — e nos investimentos considerados prioritários, e para isso começam a implementar normas creditícias diferentes. A idéia é seguir o exemplo dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, que financiam a taxas altamente subsidiadas a eletrificação rural, com o objetivo de aumentar a produtividade.